

II ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA

O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO

de 09 a 14 de abril de 2023

Anhanguera de Ribeirão das Neves



DIREITO ELEITORAL E SUAS CONTROVERSIAS

Autor(es)

Habib Ribeiro David
Flavio Aparecido Rodrigues
Cristiane Gaspari
William Julio Ferreira
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O Direito Eleitoral no Brasil é regido pela Constituição Federal, pelo Código Eleitoral e por diversas outras leis e normas que regulamentam o funcionamento das eleições. Essas normas abrangem desde a organização das eleições até a propaganda eleitoral, a prestação de contas dos candidatos e partidos políticos e a fiscalização dos processos eleitorais.

Além disso, o Direito Eleitoral também é responsável por garantir a igualdade de condições entre os candidatos, prevenir fraudes e irregularidades eleitorais e garantir a transparência do processo eleitoral. Para isso, são criados órgãos responsáveis pela fiscalização das eleições, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e os juízes eleitorais.

O Direito Eleitoral também abrange a legislação sobre os partidos políticos, que são instituições fundamentais para a organização e representação dos interesses políticos da sociedade.

Objetivo

Este resumo expandido de Direito Eleitoral é um tipo de texto que apresenta as principais informações sobre as normas e regulamentações que regem os processos eleitorais, de forma resumida, mas que oferece mais detalhes do que um resumo simples. O Direito Eleitoral é uma área do direito que trata das questões relacionadas às eleições e ao exercício da cidadania por meio do voto.

Material e Métodos

O direito eleitoral é um ramo importante do direito público que abrange leis, regras e regulamentos que governam o processo eleitoral em uma democracia. Ele é fundamental para garantir que as eleições sejam conduzidas de forma justa e transparente, garantindo a participação popular na escolha de seus candidatos para governarem e tomar as decisões para o bem coletivo no período de 4 em 4 anos ou de 8 em 8 caso seja o senador

Resultados e Discussão

Na seção de resultados, são apresentados dados sobre a participação dos eleitores, a distribuição dos votos entre

II ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA

O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO

de 09 a 14 de abril de 2023

Anhanguera de Ribeirão das Neves



candidatos, a distribuição geográfica dos votos e a participação em diferentes segmentos da população, como gênero, faixa etária, renda e escolaridade. Os dados são organizados de forma clara e concisa, utilizando tabelas, gráficos e estatísticas descritivas.

Na seção de discussão, os resultados são interpretados e relacionados às hipóteses e objetivos da pesquisa.

Conclusão

Em resumo, o direito eleitoral é um tema complexo e importante, que desperta muitas emoções e sentimentos. Ele é fundamental para garantir a democracia e a participação popular na escolha de seus representantes. No entanto, também é um tema controverso, que

Referências

<https://www.tse.jus.br/>

<https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/>

<https://pt.wikipedia.org>

<https://novo.org.br/explica/as-urnas-eletronicas-sao-auditaveis-e-seguras/>

<https://blogdoedisonsilva.com.br/2022/11/especialistas-de-tres-instituicoes-esclarecem-duvidas-sobre-o-processo-eleitoral-brasileiro/>